



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17375 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

**ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: EXPRESSÃO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS E DA AUTONOMIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL.**

Márcia Gonçalves Nunes - UNEB - PPGED - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Jaciete Barbosa dos Santos - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

**ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: EXPRESSÃO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS E DA AUTONOMIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL.**

## RESUMO

### 1 INTRODUÇÃO

Ao considerar que educar na diversidade é um dos grandes desafios atuais da escola, enquanto **um**, e não o único, espaço privilegiado de realização de aprendizados, observa-se sua imersão em exigências éticas e políticas ao chamado à sua colaboração mais efetiva em variados processos inclusivos como os relacionados às pessoas com deficiência, à condição social, ao gênero, à religião, etnia, sexualidade, entre outras categorias, que clamam na sua existencialidade, por acessibilidade e espaços de representatividade.

Nesse âmbito, a Educação visa acolher, criando as condições de acesso e permanência no ambiente escolar e a produção de aprendizagem, a todos os estudantes, considerando as suas particularidades. Focalizando as pessoas com deficiência, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, Brasil, 2008), o Atendimento Educacional Especializado/AEE é um serviço constitucional que propõe estratégias de apoio e acessibilidade na formação docente; e de ações pedagógicas de complementação e/ou suplementação aos estudantes, de forma individual e/ou coletiva, no contra turno dos estudos na escola comum. Implica na identificação das barreiras que interferem na aprendizagem, como as comunicacionais, atitudinais, físicas e linguísticas.

Importante ressaltar que essa política foi fortemente ameaçada em 2020, no governo

anterior ao atual, pela “Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida”, por meio do Decreto 10.502/20. Todavia, o Movimento Social de Pessoas com Deficiência, pesquisadores da área, entre outros, se organizaram e reagiram com veemência, denunciando a inconstitucionalidade ao referido decreto, por representar uma regressão para às políticas de Educação Inclusiva no Brasil. E, no primeiro dia do governo atual, o decreto 10.502 foi revogado. Ademais, cabe destacar que a PNEEPEI (2008) foi reafirmada e fortalecida, MEC/PNEEPEI, (2023).

Visando o vasto campo do sistema cognitivo - funções cognitivas e emocionais, estudos têm demonstrado a importância de direcionar ações intencionais ao aprimoramento das Funções Executivas/FE, para a consolidação de aprendizados e o desenvolvimento da autonomia, em pessoas com desenvolvimento típico e atípico, seja de natureza preventiva, curricular escolar ou reabilitadora de estratégias cognitivas.

As FE referem-se a um conjunto de habilidades essenciais diárias, que nos auxiliam a atentar, aprender, lembrar, organizar, planejar, flexibilizar, solucionar problemas, a pensar sobre o pensar, ao pensar sobre as próprias ações cotidianas, na escolarização, na vida acadêmica, no trabalho, sobre o bem estar e a saúde (Dias e Malloy-Diniz 2020; BNCC, 2017).

Esse trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento que **problematiza**: como as estratégias pedagógicas têm colaborado na expressão das funções executivas e da autonomia de estudantes com deficiência intelectual, a partir do AEE, realizado em um Centro de Apoio Pedagógico Especializado.

Firma-se nessa busca, como **objetivo geral**, analisar as estratégias pedagógicas experienciadas pelos estudantes, a partir do AEE, e como **objetivos específicos**: 1) Contextualizar os conceitos de FE e Autonomia; 2) Descrever o perfil dos estudantes da pesquisa, apresentando as suas necessidades educacionais específicas contempladas no AEE; 3) Caracterizar o Centro de Apoio Pedagógico (como, quando e por que a instituição foi e vem se constituindo) e 4) Identificar as estratégias pedagógicas que colaboram na expressão das funções executivas e da autonomia, avaliando os seus impactos.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Fundamentação

Aprender é um fenômeno complexo, processual, singular, coletivo, transversalizado por subjetividades, que englobam as dimensões biológica, psicológica, social e cultural do ser humano, ao longo da sua existência.

Quando os estudantes com deficiência chegam ao AEE, no contra turno escolar, nas salas de recursos das escolas comuns ou em um Centro de Apoio Pedagógico Especializado,

pode-se observar mais apuradamente suas dificuldades e necessidades específicas de aprendizagem através de uma diversidade de estratégias, práxis pedagógicas que seguem as orientações da Resolução MEC número 4/2009 e o Decreto MEC número 7611/2011.

A instituição à qual a pesquisa se desenvolve adota como ações pedagógicas no AEE:

- 1) Acolhimento e avaliação pedagógica, como ponto de partida (norteadas na Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017), dando ênfase às dimensões: linguagem/comunicação; raciocínio lógico matemático, expressões psicomotoras e as funções executivas; Atenção ao histórico do estudante e suas experiências de aprendizagem);
- 2) Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual/PDI, no qual estarão registrados os aspectos observados da avaliação, os temas de interesse dos estudantes, visando o planejamento pedagógico. Estes dados continuam em foco, no decorrer do processo, aberto aos registros sistemáticos do AEE;
- 3) Produção de relatório pedagógico, no final do ano, ou quando se fizer necessário;
- 4) Articulação Pedagógica (contatos com a família, a escola comum à qual os estudantes estão matriculados; processos formativos direcionados à rede);
- 5) Plano de Ação Geral que envolvem produção de projetos envolvendo todos os estudantes.

Nesse contexto educacional busca-se viabilizar ao estudante condições de expressão da autonomia, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento, contribuindo para sua acessibilidade ao meio escolar, social e laboral.

A Teoria Histórico-cultural, elaborada por Lev Vigotski e colaboradores, é um fio condutor relevante que embasa o AEE. Em linhas gerais, este constructo parte da ideia de que o desenvolvimento cognitivo é uma experiência social que se converte em funções mentais. Esta conversão se dá mediada pela linguagem, na interação entre as pessoas, e na ação própria dos sujeitos, esta, de ordem psicológica, tem internalizado os processos culturais e históricos, assim como o uso de instrumentos e signos (Vigotski, 2020 e 2022).

A teoria abarca duas linhas de desenvolvimento, a biológica e a histórico-cultural, tendo como base ferramentas psicológicas que resultam em mudanças comportamentais. Os aspectos biológicos propostos por Vigotski foram aprofundados por Alexander Luria (1981, 2010), seu colaborador, que os teorizou do ponto de vista neuropsicológico e foram ampliadas com o passar do tempo, no campo das Neurociências.

Descobertas neurocientíficas divulgadas a partir dos anos de 1990 sobre a plasticidade cerebral, têm repercutido com divulgação de conquistas no campo acadêmico nas áreas da Saúde e da Educação. Entre suas limitações e promessas as Neurociências chegam à Educação, como alertam Conzeza e Guerra (2011), podendo auxiliar na compreensão dos processos que envolvem o ensino e aprendizagem, instigando a aprender como se aprende.

Há uma diversidade conceitual entre os estudiosos sobre as Funções Executivas/FE, chegando a mais de trinta modelos teóricos, como salientam Dias e Malloy-Diniz, 2020. Nota-se em comum entre eles o entendimento de que as FE é um processo cognitivo

complexo que inclui cognição e emoção, requerido sempre quando o sujeito se engaja em situações novas, em esquemas não automatizados. De natureza multidimensional, são habilidades aprendidas que se desenvolvem da infância à juventude (Dias e Seabra, 2013; Dias e Mecca, 2015; Dias e Malloy-Diniz, 2020).

As FE estão presentes em muitas ações do dia a dia, desde as mais simples como fazer compras no mercado, as mais elaboradas como: escrever livro, uma dissertação, escolher uma profissão, entre outras. Seu desenvolvimento se dá ao longo do ciclo de vida, e prosseguindo de forma adequada, promove novos esquemas mentais e tarefas mais complexas podem ser realizadas.

De maneira cautelosa e embasada, pode-se aproveitar esses estudos evitando-se cair nas armadilhas do modismo e do reducionismo biológico, atentando-se ao sujeito histórico-social e cognoscente, em situação de aprendizagem. Soares (2015) afirma que a estrutura fundamental que permite a aprendizagem é a cognitiva. “Entretanto, para que ela funcione, faz-se imprescindível uma outra estrutura, a simbólica, em conformidade com a qual o sujeito é constituído” (Soares, 2015, p.104).

Quanto ao uso do termo “Deficiência Intelectual (DI)”, vale ressaltar que a nomeação diz respeito a uma construção social. Ao longo do movimento inclusivo a questão é pautada como uma tentativa de buscar termos e conceitos mais apropriados ao que diz respeito à valorização humana.

Deficiência intelectual é uma expressão em evolução que representa a revisão conceitual de enfrentamento à repetição do preconceito e da discriminação, por meio de segregação ou marginalização, conforme apontam estudos da *Asociación Americana de Discapacidades Intelectuales y del Desarrollo (AAIDD, 2002)*, responsável pelo reconhecimento e validação dessa nomenclatura, em substituição a expressões como retardo mental, deficiência mental, entre outras terminologias existentes que subestimaram as possibilidades de desenvolvimento da pessoas com deficiência intelectual (Cročick, et al, 2024, p.459).

A expressão deficiência intelectual traduzida do inglês (*disability*) e do espanhol (*discapacidad*) é a que melhor corresponde no momento ao sentido que, tanto nos movimentos das pessoas com deficiência, como na área de reabilitação e educação pretende-se utilizar.

Em sala de aula, a identificação de pessoas com deficiência intelectual, em linhas gerais, não é perceptível em características físicas, como acontece nas demais deficiências. Salvo em casos de síndromes, com comprometimento intelectual, como ocorre com a Síndrome de Down. Os estudantes com deficiência intelectual

apresentam um ritmo de aprendizagem mais lento do que seus colegas da mesma faixa etária, eles podem ainda ter maior dificuldade para a formação de conceitos e memorização, podem também experimentar problemas para se adaptar a novas situações, bem como expressar e/ou controlar suas emoções. Atrasos no

desenvolvimento psicomotor, da percepção sensorial, linguagem e comunicação são muito comuns (Glat, 2007, p. 81).

Esses estudantes são mais facilmente rotulados de lentos, desatentos, entre outras adjetivações, ou ficam invisíveis nas classes, o que dificulta ainda mais o ensinar, o aprender, o interagir. Sua exclusão “representa uma violação dos seus direitos, porque tende a se transformar, gradativamente, numa mola propulsora de inúmeras outras formas de violência” (Crochick, et al, 2024, p.449). Apesar dessa gama de dificuldades é importante lembrar que esses estudantes, sendo respeitados em seu ritmo de aprendizagem, e contando com ações pedagógicas interacionistas, mediatizadas, embasadas, aprendem.

Por fim, acrescenta-se a Teoria Crítica da Sociedade (TCS), com destaque para Adorno (1995, 2021,2023) elementos para a compreensão da dinâmica da sociedade contemporânea a proposta de uma educação emancipatória e autônoma iniciada na infância. Para Adorno, a emancipação é a formação para a autonomia, na qual o sujeito se supera através da experiência e a reflexão como ser social.

## **2.2 Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa, descritiva, realizada a partir da experiência profissional diária da pesquisadora como professora especializada no AEE, em um Centro de Apoio Pedagógico Especializado. Seis estudantes com deficiência intelectual, na faixa dos 09 aos 22 anos de idade, cursando o Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Superior, que se encontram a mais de três anos no AEE, são as/os protagonistas da pesquisa. A família e professoras das classes comuns são convidadas à colaboração.

Ao implicar-se, a pesquisadora torna a investigação algo muito específico e definido por ser o seu próprio trabalho, no qual se faz presente um exercício metacognitivo de reflexão/ação, nos termos refletidos por Freire (2020), propício para historiá-lo, ao tempo que novos aprendizados são realizados. O trabalho assume procedimentos de pesquisa-ação, com característica participante ou participativa.

Pretende-se apresentar uma gama de conhecimentos. Na primeira parte com as contextualizações históricas e revisão bibliográfica, seguida das produções descritivas com o levantamento dos dados da pesquisa.

## **2.3 Resultados e discussões da pesquisa**

A coleta de dados se fará através dos instrumentos pedagógicos avaliativos utilizados no Centro de Apoio para descrição do perfil dos sujeitos da pesquisa e o levantamento das suas necessidades educacionais específicas e temas de interesse; dos registros sistemáticos dos atendimentos, expressos na caderneta institucional; das entrevistas semiabertas aos

sujeitos; e a produção de um caderno de memórias dos aprendizados, este último exclusivo para os estudantes.

Os resultados serão apresentados em forma descritiva, através do método de Análise de Conteúdo e em formato de Oficinas e Rodas de Conversas Formativas, para divulgação e sensibilização pública.

## **2.4 Resultados esperados**

Observar mudanças qualitativas, graduais, na produção dos estudantes quanto às suas necessidades educacionais específicas apresentadas; identificar as estratégias pedagógicas no campo das funções executivas que serão mais mencionadas pelos estudantes, a família e a professora da classe comum (a hipótese é que sejam as mais lúdicas, a que evoquem experiências mais afetivas e de pertencimento, as de maior funcionalidade prática); maior participação dos estudantes na classe comum e nas atividades diárias; maior engajamento da família e escola comum; para a pesquisadora, ampliar reflexões teórico-práticas, com refinamento na qualidade do seu trabalho prático no Atendimento Educacional Especializado/AEE.

## **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação inclusiva de estudantes com deficiência é um marco, um desafio, uma busca por ações políticas, sociais, culturais democráticas que propõe, pautada em parâmetros legais, o acesso, a permanência, a formação cidadã dessas pessoas, em contexto escolar regular de ensino.

Para a sua realização toda a sociedade precisa voltar-se a este propósito e a escola, espaço institucional legitimado a esta viabilização, manter esforço contínuo de revisitação de seu papel, dos seus desafios e potenciais de concretização, envoltas de um porvir, o que implica em fortalecimento de práticas efetivas e de estabelecer abertura crítica às mudanças.

No campo institucional a formação e suporte docente devem ser cuidados permanentes. Conhecer o estudante, abrir espaço para suas narrativas, atentar às suas especificidades são estratégias iniciais de aproximação e planejamento. O AEE é um tempo-espaço mais particularizado de ações, fortalecedor da cultura inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação, Deficiência Intelectual, Diversidade Pedagógica, Funções Executivas, Autonomia.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W; HORKEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução Guido Antônio de Almeida. 21ª impressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

\_\_\_\_\_. Sobre o sujeito e objeto. Palavras e sinais. Petrópolis: Vozes, 1995, p.151.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar, 6ª edição revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

Brasil. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

CONSENZA, Ramon; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e Educação. Como o cérebro aprende**. Porto Alegre: ARTMED, 2011.

CROCHICK, José Leon et al. Violência contra pessoas com deficiência intelectual no norte de Portugal. **Psicologia Argumento**, 2024. jul/set,42(117), p. 446-468; p. 449 e 459.

DIAS, Natalia Martins; SEABRA, Alessandra Gatuzo. Funções Executivas: desenvolvimento e intervenção. **Temas sobre o Desenvolvimento**, 2013, 19(107): 206-12.

DIAS, Natália Martins; MECCA, Tatiana Pontrelli (org). **Contribuições da Neuropsicologia e da Psicologia para intervenção no contexto educacional**. São Paulo: MEMNON, 2015.

DIAS, Natália Martins; MALLOY-DINIZ, Leandro. **Funções Executivas. Modelos e aplicações**. São Paulo: Pearson, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 48ª edição, 2020.

GLAT, Rosana (org.). **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar. Questões atuais em educação especial**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2008, p.81.

LURIA, Alexander Romanovich. **Fundamentos de Neuropsicologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos: São Paulo: EDUSP, 1981.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Cognitivo**. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 2010.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. SEESP/MEC. **Atendimento Educacional Especializado/AEE**. SEESP/MEC. Fundação FEAC. Mobilização para autonomia, 2008.

SOARES, Jacy Célia da França. **Psicopedagogia e psicanálise: puxando os fios de uma trama singular em torno do sujeito da aprendizagem**. Salvador: EDUFBA, 2015.

VIGOSTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

Obras Completas. Tomo Cinco. **Fundamentos da defectologia**. Tradução: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas Com Necessidades Especiais (PEE). Tradução de Guilherme Arias Beatón. Paraná: Editora UNIOESTE, 2022.

Ministério da Educação. Educação para reconstruir o Brasil. Afirmação e Fortalecimento da PNEEPEI (2023) <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/pneepei.pdf> Acesso 24.07.24

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. acesso 24.07.24

Decreto 10.502/20. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm) Acesso 24.07.24